

Dívida interna chega a Cr\$ 976,02 bilhões

Da sucursal de
BRASILIA

A dívida pública interna alcançou, ao final do mês passado, Cr\$ 976,02 bilhões, com crescimento de 15,04%, em relação ao saldo de Cr\$ 848,38 bilhões verificado em dezembro de 1980. Somente em fevereiro, as operações com títulos públicos federais permitiram ao Banco Central retirar Cr\$ 54,84 bilhões da economia.

O diretor da Dívida Pública do Banco Central, Cláudio Haddad, explica que os títulos do Tesouro representam "a conta residual", a ser utilizada em eventuais necessidades para neutralizar a expansão monetária que não possa ser compensada de outra forma. Por isso, observa que não há "uma meta definida" para o crescimento da dívida interna, ao longo do ano, justamente para deixar "uma margem de manobra muito ampla".

Essa margem cresceu, desde 1978, segundo Haddad, uma vez que a dívida interna não acompanhou a expansão de outros indicadores macroeconômicos, como a da moeda e a do Produto Interno Bruto. Em 1978, a dívida pública correspondia a 9% do PIB e, em 1979, a 6,9%. Em dezembro último, a dívida de Cr\$ 848,38 bilhões representava apenas 4,9% dos Cr\$ 12,56 trilhões do PIB.

Até o final de fevereiro, o Banco Central não precisou recorrer a dívida líquida para retirar dinheiro do mercado e a colocação dos títulos do Tesouro, no mercado primário, permanecerá como trunfo da autoridade monetária para ajustar o orçamento monetário, caso as operações do "open" venham a demonstrar incapacidade para o controle da liquidez, dentro da atual conjuntura de desaceleração da atividade econômica.

Sem recorrer à dívida pública, os papéis da União constituem o lastro das operações do Banco Central no "open", capazes de possibilitar a retirada líquida de Cr\$ 54,84 bilhões da economia em um único mês. "Em fevereiro, a colocação junto ao setor privado atingiu Cr\$ 42,44 bilhões, um recorde na história do 'open'. É um resultado bastante favorável e que demonstra que o 'open' será, de fato, o grande instrumento de controle monetário, este ano" — afirma o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni.

Além dos Cr\$ 42,44 bilhões obtidos junto ao setor privado, os órgãos públicos compraram no "open" mais Cr\$ 12,4 bilhões em títulos do Tesouro. Mas, na verdade, praticamente toda essa soma representou a compra efetuada pela Caixa Econômica Federal (CEF), em cumprimento à determinação do Conselho Monetário Nacional (CMN) de destinar os depósitos adicionais de poupança ao Banco Central, e também esses recursos das cadernetas saíram do setor privado.

Haddad nega que a transforma-

ção do "open" no grande instrumento de controle monetário esteja levando o Banco Central a pressionar as taxas de juros no mercado. "O Banco Central não exerce essa pressão. O custo do dinheiro no 'open', em média, ficou em torno de 4,7 a 4,8%, ao mês, uma taxa bastante compatível com a realidade do mercado e, inclusive, bem abaixo da correção monetária" — ressalta o diretor do Banco Central.

Mas as autoridades monetárias reconhecem que a busca de recursos não-inflacionários para o financiamento aos setores prioritários, como as exportações, a agricultura e a produção de energia, pode resultar em avanço dos ativos estatais no mercado. Segundo o Banco Central, esse é o preço para a contenção do crescimento da base monetária — emissão primária de moeda.

O avanço estatal, nos dois primeiros meses do ano, ficou ainda por conta da CEF. O Banco do Brasil só passou a competir com os bancos privados na captação de depósitos a prazo, no dia 5 de fevereiro, e só conseguiu colocar Cr\$ 697,47 milhões ao longo do mês, embora qualifique de boa a aceitação dos seus recibos de depósito bancário pela certeza do público de contar com "uma aplicação sem riscos".

A remuneração oferecida pelo Banco do Brasil, de 72% ao ano, nos papéis com correção prefixada, está longe de permitir maior concorrência com os bancos privados, beneficiados pela opção do certificado (CDB), negociável no "open", e ainda oferecendo, segundo o diretor da Dívida Pública do Banco Central, taxas em torno de 120%. A competição surge com as aplicações com correção monetária plena — o Banco do Brasil paga 6% acima da correção e os demais bancos oferecem juros superiores a 12% — mas o Banco Central lembra que a maioria dos investidores prefere a renda prefixada.

De qualquer forma, os banqueiros têm argumentos válidos para protestar contra o avanço estatal. Com os limites rígidos de 15% para a expansão dos seus empréstimos no primeiro semestre e de 50% para todo o ano, os bancos privados também ficam na obrigação de comprar os papéis do Tesouro e concentrar a poupança nas mãos do Estado.

Pior ainda para os banqueiros é o avanço das instituições oficiais também no volume de empréstimos concedidos pelo sistema financeiro nacional ao setor privado. De acordo com o relatório anual do Banco Central, em 1980, os bancos oficiais expandiram em 75,3% as suas operações de crédito, ao atingir o saldo de Cr\$ 3,38 trilhões em dezembro último, enquanto as aplicações do sistema privado cresceram 66,8% e alcançaram o total de Cr\$ 2,54 trilhões. Em consequência, de 1979 para o ano passado, a participação estatal subiu de 56,5% para 57,1%, e a do setor privado caiu de 43,5% para 42,9%.